

O TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELAS CRIANÇAS

*THE WORK IN CONTEMPORARY SOCIETY:
THE SENSES ATTRIBUTED BY CHILDREN*

Michelle Regina da Natividade

Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil

Maria Chalfin Coutinho

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

RESUMO

Para investigar os sentidos que crianças atribuem ao trabalho, de modo a estabelecer relações com seu contexto de vida cotidiano e o mundo do trabalho contemporâneo, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, aliadas ao uso do desenho, com sete crianças. As informações foram submetidas à análise de conteúdo. Entre os temas presentes nos relatos estão: atividades ou locais de trabalho, remuneração, relações hierárquicas, amizade, cansaço. Os sentidos do trabalho vinculam-se à realidade cotidiana das crianças e ao discurso capitalista sobre o trabalho. Assim, propõem-se ambientes de discussão sobre o trabalho com as crianças, para que este possa ser significado como relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, como condição de humanização, pois o sujeito se constitui por meio do trabalho.

Palavras-chave: sentidos do trabalho; crianças; contexto contemporâneo.

ABSTRACT

In order to investigate the senses that children attribute to work, establishing connections to their daily life context and the contemporary working world, it was applied, to seven children, a semi-structured interview and a drawing. The information was submitted to content analysis. After the analysis, it emerged in the speeches these categories: activities or working places, remuneration, hierarchical relationships, friendship, fatigue. The senses of work were linked to the everyday lives of children and the capitalist discourse about the work. Thus it is recommended discussions about work with children, exploring work as a relation of dual transformation between man and nature, as a humanizing condition, especially because the subject is constituted through the work.

Keywords: senses of work; children; contemporary context

Ao olhar atentamente para a temática do trabalho humano, constata-se que prioritariamente ela se relaciona ao “mundo adulto”, aos jovens no momento de escolha profissional ou às críticas ao trabalho infantil. Porém, pode-se questionar: é possível estabelecer relações entre o trabalho e o “universo infantil”? Será que esta temática está presente na vida cotidiana das crianças? Como elas compreendem o trabalho? Com base nesses questionamentos e considerando a sociedade contemporânea, foi desenvolvida uma pesquisa com o propósito de compreender como as crianças significam o trabalho.

O trabalho ocupa lugar central na organização social e pode ser considerado um regulador da vida em sociedade, pois é com base nele que o sujeito planeja e organiza os outros aspectos de sua vida. O mundo do trabalho vem sofrendo, a partir das últimas décadas

do século XX, inúmeras transformações, e o resultado mais brutal, segundo Antunes (1999a), é o desemprego estrutural. Ao analisar esse cenário, percebe-se uma grande heterogeneidade nas formas de contratação, nas profissões e nas atividades realizadas; a fragmentação e complexidade se intensificaram, proporcionando maior instabilidade para os trabalhadores.

Diante do quadro acima, é necessário compreender que essas transformações não se relacionam somente com a realidade concreta, mas também com os sujeitos, visto que, tendo como embasamento teórico a Psicologia Histórico-Cultural, não se questiona a prevalência do sujeito ou da sociedade, mas sim se compreende que eles se constituem mutuamente.

Desse modo, com respaldo no referido referencial teórico, compreende-se não ser a realidade concreta algo

pronto e acabado, pois está em constante transformação. O sujeito, desde o início de sua vida, estabelece relações com essa realidade, na qual ele se constitui e também a modifica. Sendo assim, ele é autor e ator de sua própria história, porque há forças sociais que agem sobre o sujeito, mas sobre as quais ele próprio interfere. É autor, pois, conforme Zanella (2004), ele pode atribuir sentidos diferentes ao socialmente estabelecido, e é ator, pois suas possibilidades estão circunscritas às condições sócio-históricas. Nesse processo, o sujeito se constitui tanto no sentido de igualdade com os outros, aprendendo uma linguagem, a se alimentar, agindo de acordo com sua cultura etc., quanto de modo singular, constituindo-se como um ser único, devido à forma com que se apropria e atribui sentidos à realidade.

A compreensão sobre os processos de produção e apropriação dos sentidos proporciona um conhecimento do sujeito singular, mas, também sobre o coletivo, porque a categoria sentido é fundamental para explicar tanto características singulares quanto coletivas, pois “cada pessoa é em maior ou em menor grau o modelo da sociedade, ou melhor, da classe a que pertence, já que nela se reflete a totalidade das relações sociais” (Vygotski, 1996, p. 368). Cabe lembrar que os significados são os sentidos compartilhados, porém cada sujeito atribui sentidos particulares à realidade da qual se apropria. A categoria sentido remete a uma compreensão mais singular do sujeito, sendo o sentido mais dinâmico e variante do que o significado; depende do contexto e do sujeito que o atribui: cada sujeito pode atribuir sentidos diferentes, em momentos diferentes, a um mesmo fato ou objeto. Dessa maneira, o sentido “existe como momento processual do sujeito, associado aos diferentes contextos de sua ação” (González Rey, 2004, p. 49). Aguiar e Ozella (2006) esclarecem que, para compreender os sentidos, é necessário considerar que todas as expressões humanas são cognitivas e afetivas, definindo-os como a melhor síntese entre o emocional e o racional.

Ao se falar sobre o mundo do trabalho, habitualmente relaciona-se este tema aos sujeitos que já realizam uma atividade produtiva remunerada ou aos que estão buscando uma colocação profissional. Sendo assim, a associação entre trabalho e crianças só é vista quando se critica o trabalho infantil. Entretanto, considera-se relevante refletir sobre essa associação, em especial relacionando trabalho com crianças que não estão formalmente inseridas no contexto laboral. Isso porque, admitindo que o sujeito se constitui nas relações com seu meio, a criança, embora não exercendo uma atividade produtiva remunerada, relaciona-se com o mundo do trabalho, como, por exemplo, ao ver seus pais saírem para trabalhar, ao interagir com sua professora, ao assistir à televisão, dentre várias outras situações. O “universo infantil” não é descolado da

estrutura produtiva, visto que as diversas esferas sociais não podem ser compreendidas isoladamente, mas sim em uma constante produção dialética.

Na revisão bibliográfica realizada, constatou-se não ser frequente abordar a temática do mundo do trabalho vinculando-a a crianças não trabalhadoras. Por meio dessa revisão, verificou-se que a vinculação entre trabalho e o “universo infantil” geralmente é feita nos casos de crianças e adolescentes trabalhadores. São comuns também os estudos de jovens no momento de escolha profissional ou de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, localizou-se as pesquisas de Gomes (2004), Guareschi et al. (2003), Léon (1961) e Pasqualini, Garbulho e Schut (2004), as quais apontam a importância da aproximação entre a temática do trabalho e as crianças.

Mas por que ouvir as crianças? Assim como apontam Kramer (2002) e Sarmiento e Pinto (1997), considera-se ouvir as crianças como uma possibilidade de compreender a sociedade, ou seja, não basta dar voz somente aos adultos, mas também é necessário valorizar a expressão das crianças e os sentidos atribuídos por elas à realidade que as cerca.

Os processos de significação da realidade perpassam toda a vida do sujeito, ou seja, as significações de mundo, valores e opiniões já iniciam na infância, pois é nesse processo constante que o sujeito se constitui. Essas são significações produzidas e reproduzidas, transformadas e apropriadas nos contextos histórico-culturais de cada sujeito. Pasqualini et al. (2004, p. 72) corroboram essa visão ao afirmarem:

os processos de internalização da realidade social iniciam-se já na primeira infância, mediados pelas relações sociais que a criança estabelece com os adultos (e demais crianças), nos diversos contextos em que está inserida, como a escola, a família, a comunidade.

Sendo assim, os sentidos atribuídos ao trabalho não se constituem somente a partir do momento em que se começa a trabalhar efetivamente, mas sim vão se constituindo ao longo da vida.

Considerando o exposto até aqui, esta pesquisa buscou elucidar a seguinte questão: Quais os sentidos que crianças atribuem ao trabalho? Para tanto, definiu-se como objetivo investigar os sentidos do trabalho atribuídos pelas crianças, de modo a estabelecer relações com o contexto de vida cotidiano e com o mundo do trabalho contemporâneo.

Método

Inicialmente realizou-se um estudo piloto com o propósito de aprimorar o caminho metodológico adotado na pesquisa. Esse estudo foi efetivado com três crianças da rede de relacionamento da pesquisadora

principal, selecionadas a partir dos seguintes critérios: não estar trabalhando e estar no início do ensino fundamental, porém já alfabetizadas. Utilizou-se a entrevista semiestruturada como procedimento principal, e com cada criança utilizou-se um procedimento complementar diferente (histórias pré-elaboradas; elaboração de desenho; gravuras preselecionadas) para auxiliar na definição de qual deles seria mais pertinente aos objetivos desta investigação. A partir deste estudo piloto optou-se pelo uso do desenho ¹ como procedimento complementar para coleta de informações, sendo que este tem a vantagem de ser uma atividade habitualmente realizada por crianças, geralmente considerada prazerosa e não necessariamente vinculada ao âmbito escolar.

Também tendo como base o estudo piloto, definiu-se realizar uma entrevista semiestruturada com os pais ou responsáveis, com o intuito de buscar subsídios para maior reflexão sobre o contexto histórico-cultural da criança e obter informações sobre o seu cotidiano.

Para definição e seleção dos participantes delimitou-se como critério primordial contatar crianças não trabalhadoras, ou seja, que não executem atividade produtiva sistematizada. Para tal, contactou-se uma Escola Pública do Município de São José/SC, por considerar que esse seria o meio de acesso mais fácil para localizar essas crianças. A partir da autorização da Instituição, a pesquisadora principal dirigiu-se a uma turma de 2ª série do Ensino Fundamental, apresentou-se, explicou sobre a pesquisa, esclareceu algumas dúvidas e concluiu perguntando quem tinha o interesse de participar: dez crianças apontaram interesse.

Buscou-se contato com os pais dos alunos interessados e obteve-se a autorização para a participação de sete crianças. A realização das entrevistas com essas crianças e seus respectivos pais² ocorreu em local definido por estes, bem como conforme sua disponibilidade de horários, não havendo critério de ordenação (criança - pais)³.

Para a coleta de informações, no início do encontro com a criança buscou-se ao máximo elucidar qual-

quer dúvida e deixar claro que não haveria “respostas certas ou erradas”, mas sim todas suas falas seriam de grande valia à pesquisa. Após esses esclarecimentos, a coleta de informações era iniciada com solicitação para que a criança realizasse um desenho representando o que é trabalho. Ao término da elaboração do desenho a criança explicava sua produção e prosseguia-se a entrevista de acordo com o roteiro elaborado previamente. Somente uma entrevista foi realizada na residência da criança, todas as outras foram realizadas na escola, com duração entre 22 minutos e 1 hora.

Já as entrevistas com os pais duraram entre 13 e 32 minutos, sendo duas delas realizadas na residência da família e as outras cinco na escola. Duas entrevistas foram realizadas com o pai e a mãe juntos e as outras foram somente com as mães.

Todos os encontros, tanto com os pais como com as crianças, foram gravados e, posteriormente, transcritos com vista à realização da análise de conteúdo, utilizando-se mais especificamente a análise categorial temática (Bardin, 1977). Cabe ressaltar que a análise foi efetuada a partir das narrativas das crianças, inclusive os relatos sobre o que estava representado nos desenhos, portanto não foi realizada uma análise interpretativa das produções gráficas. Seguindo a orientação de Aguiar e Ozella (2006), buscando, inicialmente, a formulação de indicadores de temas expressos pelas crianças. Após, as entrevistas foram retomadas demarcando trechos que ilustravam cada um deles. Isso possibilitou uma nova etapa de aglutinação dos indicadores, os quais foram novamente articulados e, finalmente, definiram-se as categorias de análise ou núcleos de significação⁴.

Antes de iniciar a discussão sobre as categorias propostas, segue Quadro 1 apresentando síntese do perfil dos sujeitos com as seguintes informações: nome, idade, profissão e escolaridade dos pais⁵. No quadro também são apresentadas, de forma sintética, informações sobre se a criança considera que trabalha e o que faz⁶ e qual a finalidade do trabalho, posteriormente analisadas na discussão dos resultados.

Quadro 1

Nomes fictícios	Idade	Profissão e escolaridade dos pais	Trabalha? O que faz?	Finalidade do trabalho	Projeto profissional
Elisa	7	Mãe: auxiliar de serviços gerais, cursando supletivo de E.F.; Pai: taxista, E.F.	Não trabalha. Estuda	Sustentar-se	Veterinária.
Carolina	8	Mãe: responsável em um estabelecimento comercial, E.M.; Pai: serralheiro, E.M. I.	Trabalha. Atividades domésticas e estuda	Ganhar dinheiro e sustentar a família.	Veterinária e jogadora de vôlei.
Paola	8	Mãe: técnica de enfermagem, E.M.; Pai: motorista, E.F. I.	Trabalha. Atividades domésticas	Ganhar dinheiro e poder consumir.	Enfermeira.

Francine	7	Mãe: balconista, E.M.I; Pai: auxiliar de prótese dentária, E.F. I.	Não trabalha. Brinca	Remuneração, consumo e “ajudar os outros” e a si próprias.	Dentista.
José	8	Mãe: dona de casa, E.F. I; Pai: policial militar aposentado, E.M.	Trabalha. Ajuda irmão: carregar, entregar materiais	Ganhar dinheiro.	Veterinário.
Joaquim	7	Mãe: dona de casa, E.F.; Pai: agente prisional, E.F.	Não trabalha. Estuda	Ganhar dinheiro e possuir uma ocupação.	Policial ou trabalhar em um banco.
Reginaldo	7	Mãe: dona de casa, E.M; Padrasto: empresário (vigilância), E.F.	Não trabalha. Brinca e estuda	Ganhar dinheiro e consumir.	Dentista ou trabalhar como seu tio.

Os sentidos atribuídos

A partir da análise de informações, se construiu as seguintes categorias de análise ou núcleos de significação: (a) Concepções: nesta categoria foram apresentadas as falas das crianças sobre o que consideram e não consideram trabalho; (b) Características e finalidades: diz respeito às características atribuídas ao trabalho identificadas nas falas das crianças, bem como sua compreensão sobre para que serve o trabalho; (c) Positividades e negatividades: nesta categoria foram agrupadas as falas nas quais os sujeitos atribuem uma valoração positiva ou negativa ao que consideram e ao que não consideram trabalho.

É importante ressaltar que só é possível compreender os sentidos que as crianças atribuem ao trabalho por intermédio da articulação dessas categorias, visto que elas estão imbricadas entre si, apontando uma complementação constante de informações. Esse movimento, segundo Aguiar e Ozella (2006), aponta exatamente para a apreensão dos sentidos.

Concepções

Os questionamentos sobre trabalho propostos no momento das entrevistas suscitaram a emergência de reflexões iniciais sobre o tema. Todas as crianças, com exceção de uma, quando questionadas diretamente, afirmaram que não conversam sobre trabalho; porém, ao longo da entrevista, todas demonstraram ter algum conhecimento sobre o tema. Assim sendo, supõe-se que as crianças buscaram fatos de sua realidade para, durante a entrevista, poderem elaborar uma compreensão sobre o trabalho e, assim, objetivar esse conhecimento que vem sendo apropriado cotidianamente, apesar de não ser tema de conversas diárias.

Na análise das informações coletadas, as concepções das crianças sobre o que é trabalho se evidenciaram em exemplos e comentários sobre profissões, atividades e locais de trabalho. Em suas falas, elas recorriam a algum conhecimento proveniente de suas relações sociais, para poder responder às perguntas, ficando evidente que

esse conhecimento está basicamente relacionado com as relações familiares ou escolares.

Esse aspecto está em consonância com o que pontua Léon (1961, p. 161), pois segundo o autor, “a criança em idade escolar elabora, no decorrer de seu desenvolvimento, representações sobre os diversos ofícios, a partir dos materiais que lhe fornece seu ambiente”. Dessa forma, as falas dessas crianças são circunscritas em sua própria realidade, em experiências que elas já tiveram. Conforme as relações e as experiências se ampliam, as possibilidades de significar o trabalho e falar sobre essa temática também se ampliarão, pois quanto mais rica e variada for a experiência do sujeito, maiores serão suas possibilidades de criação. Desse modo, a criança não somente reproduz as experiências anteriores, pois é capaz de significar a realidade e dar um novo arranjo a seus elementos.

Na fala das crianças, as profissões citadas foram: faxineira, empregada, médico, enfermeira, costureira, serralheiro, professora, segurança, advogada, motorista e balconista. Estas atividades profissionais foram nomeadas por elas; todavia, outras vezes, as concepções foram expressas por meio de ações ou atividades, como, por exemplo: “trabalha no táxi”, “faz e vende”, “trabalhando no computador”, “trabalha com telefone”, “uma pessoa que trabalha de pesquisa”, “faz dentadura”, “varrer a casa”, “estudar”, dentre outras. Essa forma das crianças expressarem a concepção sobre trabalho é compatível com a visão de Ciampa (1997, p. 64), ao afirmar que “é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo”, como por exemplo, ao trabalhar no táxi, taxista, ao estudar, estudante.

O trabalho também foi bastante vinculado a locais/ambientes de trabalho; foram citados: escola, universidade, prefeitura, gráfica, museu, loja, em casa, delegacia, penitenciária, banco, farmácia, empresa, parque infantil e restaurante.

As pessoas que trabalham – os trabalhadores - foram identificadas pelas crianças sendo sempre alguém de seu convívio próximo: mãe, pai, padrasto, tia, tio, padrinho, madrinha, avós, primo, irmão, a pesquisadora, a própria criança, o cachorro, dentre outros.

É possível aproximar as falas das crianças com o conceito genérico de trabalho proposto por Marx (1985), pois elas apontam para atividades (costureira, motorista etc.), instrumentos (computador, telefone etc.) e ambientes de trabalho (penitenciária, escola etc.). Assim, as falas trazem elementos da conceituação de trabalho, o qual envolve a combinação entre: (a) atividade adequada a um fim: é a força de trabalho do homem sendo aplicada na realização de uma atividade; diz respeito à capacidade humana para trabalhar; (b) objeto: é a matéria com a qual se trabalha; (c) meios de trabalho: refere-se aos instrumentos e ao ambiente de trabalho.

Cabem alguns exemplos para ilustrar a vinculação das falas com a conceituação teórica: Francine, ao afirmar que “*Trabalho é lavar louça, secar, varrer a casa*”, traz o elemento “atividade adequada a um fim”; Joaquim, ao dizer “*Esse aqui está trabalhando com moça e esse aqui trabalhando com telefone*”, aponta o telefone como um “instrumento”; Carolina, ao relatar que “*o meu tio ele é, trabalha na prefeitura, não daqui, doutro estado...*” remete a um “ambiente de trabalho”.

As crianças identificaram o brincar, o desemprego e o fato do sujeito ficar em casa com a concepção sobre o que não é trabalho. Como nesta fala: “[Tu trabalha?] *Tchum tchum* [risos] [... O que tu faz?] *Brinco*”. (Reginaldo)

Características e finalidades

Entre as características e finalidades do trabalho apontadas nas entrevistas, destaca-se a remuneração, predominantemente vinculada ao consumo. As falas das crianças apontaram para a seguinte compreensão: o sujeito trabalha, recebe uma remuneração e, assim, poderá “se sustentar”. O sustento está vinculado tanto ao suprimento das necessidades básicas, como, por exemplo, alimentação, mas também às “necessidades” de consumo.

O trabalho também foi compreendido como uma relação hierárquica estabelecida entre “patrão” e subordinado, em que a atividade produtiva é realizada fora da própria residência, como se o fato do sujeito ficar em casa já significasse que ele não trabalha. Essas características se associam à noção de emprego, entendido como a forma que o trabalho assume no capitalismo: um trabalho assalariado, executado em um local determinado, por alguém que vende sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção. Ao dar destaque à remuneração, as crianças revelam sentidos associados à dimensão abstrata do trabalho, tal como compreende Marx (1985), na qual o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Ao assim significarem, se afastam da dimensão concreta do trabalho como produtor de coisas úteis.

No capitalismo, o trabalho propicia o consumo; produz-se mais para se consumir mais. Dependendo da remuneração que o sujeito recebe, ele poderá consumir mais ou menos, vai poder adquirir somente o necessário para sua subsistência ou adquirir outros objetos de desejos. Para as crianças entrevistadas, o sentido do trabalho está condicionado ao que ele permite ao sujeito consumir, ou seja, o trabalho é considerado bom quando propicia uma remuneração satisfatória.

O fato de nas falas das crianças ter aparecido prioritariamente a questão da remuneração pode ser vinculado ao quanto o trabalho assume um destaque na vida cotidiana, admitindo que “*trabalho é o único que dá dinheiro pra gente*” (Elisa). Pressupondo uma hierarquização das esferas da vida, o trabalho aparece como esfera central, tanto por propiciar sua sustentabilidade quanto como organizador das outras atividades diárias.

Só que agora tá mais difícil de ver ele [pai] ainda. [Por quê?] Porque ele trabalha num táxi, né, e agora, que eu, que eu... antes quando eu não estudava ele trabalhava cinco dias, toda semana, que eu tava de férias, agora que eu estudo, ele trabalha de sábado em sábado. Daí ficou, daí não deu pra mim falar muito com ele. (Elisa)

Na fala acima fica evidenciada a capacidade de o trabalho organizar a vida cotidiana e impor limites às relações; no caso, estabeleceu restrições para os encontros entre pai e filha. O trabalhador passa a estabelecer suas relações sociais de acordo com as possibilidades que o trabalho lhe oferece. Segundo Di Giulio (2004, p.14), as relações familiares tentam se adequar à invasão do trabalho no ambiente familiar, até como meio “para driblar a falta de tempo livre para a convivência entre pais e filhos”. Santos (2005) inclusive considera a existência de um paralelo entre as relações domésticas e as empresariais, em relação às hierarquias e ao controle de horários; nas informações coletadas pelo autor, “as respostas ratificam o papel da família como formadora do trabalhador em conformidade com os moldes exigidos na cultura de trabalho local”.

Ao longo da história, com as transformações econômico-sociais e o advento do capitalismo, houve a intensificação do trabalho como dimensão central na vida do sujeito, bem como categoria teórica para compreensão da vida em sociedade. Na sociedade contemporânea, regida pelo modo de produção capitalista, o trabalho aparece como prioritário sobre as outras esferas da vida – para o sujeito assumir suas relações familiares, cuidados com a saúde etc., ele necessita receber uma remuneração para conseguir sobreviver/consumir. Então se evidencia que a nossa sociedade é movida pela lógica do capital, e “o apogeu dessa escravização é ele só poder manter-se como sujeito físico na medida em que é um trabalhador” (Marx, 1983, p. 92).

Nesse contexto, não só ao trabalho, mas também aos sujeitos são atribuídos sentidos de acordo com aquilo que eles têm ou podem possuir, em detrimento daquilo que fazem ou das atitudes tomadas em suas vidas. Como pontua Ziliotto (2002, p. 101), o dinheiro aparece como “significante para o trabalho”, ou seja, o trabalho como mercadoria, como um emprego que propicia remuneração é o sentido valorizado pelo sujeito. Dependendo do quanto o sujeito pode consumir, sua qualidade de vida é avaliada como melhor ou pior.

De modo geral, as crianças não conseguem vislumbrar uma sociedade sem trabalho, apontando prioritariamente que se não existisse mais trabalho, não haveria possibilidade de consumo. Ao falar sobre a inexistência de trabalho, Carolina levanta a questão de o trabalho ser o responsável pela manutenção da vida em sociedade: sem trabalho não há dinheiro nem comida, mas há doenças e tristeza. Essa visão demonstra tanto o fato de o trabalho ser uma dimensão central na vida do sujeito, como uma categoria teórica chave para compreensão da sociedade.

Considerando o debate sobre a centralidade do trabalho, assume-se a perspectiva oposta a tese do fim do trabalho, em consonância com Antunes (1999b, p. 59), pois o capital “não se repõe e não se valoriza sem a recorrência a alguma forma de trabalho vivo, mesmo que ele reduza ao máximo essa força humana”. A redução do número de empregos formais, aumento da informalidade e da precarização, ao lado do maior uso de tecnologias produtivas; implicaram no aumento do trabalho morto e no decréscimo do trabalho vivo. No entanto, para manter o fluxo da sociedade contemporânea, mantém-se a necessidade do trabalho. Nesse contexto, é mais pertinente falar em uma diminuição do emprego e não do fim do trabalho.

O trabalho em grupo, companheirismo, diálogo entre colegas também foram características apontadas pelas crianças entrevistadas. Então, estabelecer um bom relacionamento com as outras pessoas no contexto laboral é uma característica importante para uma experiência prazerosa no trabalho, bem como expressa Joaquim: “[E por que tu acha que teu pai trabalha?] *Humm, ele acha divertido lá dentro com os amigos dele. Tem um monte de amigo lá dentro, daí ele acha divertido.*”

Positividades e negatividades

Foi possível observar uma aparente dualidade nos sentidos atribuídos pelas crianças entrevistadas, visto que apresentaram tanto positividades como também negatividades associadas ao trabalho. As positividades estão vinculadas às relações interpessoais estabelecidas, as quais proporcionam diálogo, amizade, diversão e aprendizagem. O trabalho também é considerado positivo quando: propicia uma boa remuneração, a qual

viabiliza o consumo; possibilita ter um emprego e proporciona prazer ao se realizar uma atividade da qual se gosta. As negatividades estão associadas ao cansaço, à dor, ao incômodo, à má remuneração e à falta de amizade. Diante dessas condições, de acordo com as crianças, o trabalhador torna-se infeliz.

A positividade do trabalho estaria associada às possibilidades de humanização e libertação humana, pois “é pelo trabalho que o homem viabiliza a realização de seus projetos (e desejos) no mundo, ao mesmo tempo que se torna propriamente humano” (Aranha, 1997, p. 23). Todavia, a lógica do capital, na qual o trabalho é visto como mercadoria, rompe o “circuito sujeito – significado – objeto” (Codo, 1998) e, nesse contexto, o trabalho deixa de ser emancipatório e se torna gerador de sofrimento, revelando, assim, sua negatividade.

Com base nesta visão econômica, o trabalho é significado como um valor de troca. Considera-se de extrema relevância o rompimento dessa visão, e que o trabalho possa também ser significado como forma de emancipação humana. Para efetivar esta significação, segundo Aranha (1997, p. 36), é necessário “descobrir atividades que permitam o exercício unitário do pensar e do fazer, os dois pólos indissociáveis de nossa humanização”.

Em contraposição ao discurso capitalista, o qual veicula a valorização da vantagem pessoal, da competição, permeado por uma perspectiva individualista (Jorge, 1998), as entrevistas apontaram o relacionamento interpessoal, a amizade com os colegas de trabalho, como uma positividade no processo do trabalho. A partir de estudos realizados em organizações industriais, Coutinho (2005) verificou a presença de valores opostos nos discursos dos entrevistados, com a valorização de perspectivas individualistas, mas, também, da participação e o espírito de grupo. Resultado semelhante também aparece em Elias e Navarro (2006, p. 522), em que “as relações entre os colegas de trabalho foram ambíguas, referidas ora como muito boas, com um discurso de trabalho em equipe, ora com relatos de disputas internas, rivalidades e diferenças de tratamento”.

A fala de Joaquim aponta as relações interpessoais como fundamentais para se realizar um trabalho com prazer: “[E o que ele sente trabalhando?] *Acha... lá ele não se sente tão feliz não [... por quê?] Não sei... Sei lá, porque ele não tem muita amizade com ninguém.*” (Joaquim). Já a fala de José traz a compreensão de que quem não gosta de trabalhar é preguiçoso, sugerindo um paralelo classificatório: trabalhador X preguiçoso: “*Eu queria que... eu gosto de trabalhar, mas tem algumas pessoas, falam que não gosta. ... É. [E por que ... elas não gostam?] São preguiçosas.*” (José). Essa ideia de que quem não trabalha é “preguiçoso”, “vagabundo”, “malandro”, faz parte do discurso capitalista que

prega a produtividade como ideal – se o sujeito não trabalha, não está sendo produtivo para a sociedade. Autores como Cruz Neto e Moreira (1998) e Campos e Alverga (2001) apontam que é habitual ouvir no senso comum a ideia que “é melhor trabalhar do que ficar vagabundeando” ou “o trabalho dignifica o homem”, e essas ideias são repassadas também para as crianças e adolescentes; a necessidade de trabalhar assume um caráter inquestionável.

Mesmo o trabalho realizado com satisfação, pode, dependendo das circunstâncias, ser compreendido pelo sujeito como algo negativo.

É, a gente, tem algumas vezes a gente não gosta porque, porque incomoda, algumas vezes quando tem que trabalhar sábado e domingo, daí a gente fica irritado, quando o trabalho é ruim. ... É, a gente gosta, só que não é, algumas vezes também a gente não gosta. (José)

O que chama a atenção nessa fala de José é a questão da intensificação do trabalho ocupa também o tempo livre do sujeito, aquele tempo que ele teria para descansar e realizar outras atividades de seu interesse. Sendo assim, quando o trabalho ocupa esse tempo livre, ele se apresenta como uma atividade intensa e cansativa, sendo então significado negativamente, ou seja, a intensificação pode levar ao sofrimento no trabalho. Ao descrever circunstâncias nas quais o trabalho pode deixar de ser satisfatório, José evidencia o quanto o trabalho pode ser significado de maneiras contraditórias pela mesma pessoa. Isso ocorre porque os sentidos do trabalho são atribuições singulares à realidade, não podendo ser compreendidos como algo único ou fechado.

Vale recordar que os significados são construções coletivas, difundidos socialmente, porém cada sujeito se apropria e significa essa realidade de forma diferente. Paola revela as formas singulares de apreensão dos significados na seguinte fala: “*Eu já perguntei e eles [pais] disseram várias coisas assim ruins. ... [E o que tu acha sobre trabalhar?] Acho uma coisa muito boa*”. Paola identifica os sentidos que os pais atribuem ao trabalho, porém é capaz de atribuir significações diferentes daquelas veiculadas na relação familiar.

Outras falas sugerem a reprodução pela criança dos significados difundidos, como se pode constatar no exemplo abaixo:

É quando a gente assim... a gente tá assim cansado e tem que trabalhar mais ainda, continuar, não poder dormir, tem que tomar remédio pra conseguir, assim, tipo, conseguir trabalhar direito porque tem dor na mão, daí isso é ruim, às vezes. (Elisa)

Nesse trecho, Elisa relata sua experiência pessoal, na qual o “não poder dormir” está claramente relacionado à situação do pai, pois ele trabalha durante a noite, e a “dor na mão” supõe-se estar relacionada com

a atividade de faxineira que sua mãe executa. Assim, as significações negativas e o desprazer associados ao trabalho pelos pais de Elisa emergem em suas falas.

Para Elias e Navarro (2006, p. 524) “o prazer no trabalho, a fuga do desprazer são desejos permanentes de todas as pessoas mas, em face das exigências da organização do trabalho, esse acaba por conduzir ao sofrimento, transformando-se em obrigação imposta pela necessidade de sobrevivência”. Nesse sentido, pode-se pensar o quanto a necessidade de trabalhar por sobrevivência impõe formas de trabalho geradoras de sofrimento, das quais as pessoas não podem se furtar. Essa obrigação transparece na fala de Elisa “*Algumas não tem escolha, assim não gostam de trabalhar, mas são obrigadas*”. Diante de um quadro de intensificação da exploração da força de trabalho, característico do cenário produtivo brasileiro, como assinala Tumolo (2001), mesmo crianças não trabalhadoras expressam negatividades associadas ao trabalho.

Considerações finais

O objetivo principal desta investigação foi compreender os sentidos atribuídos ao trabalho pelas crianças. A análise das informações coletadas reitera a compreensão das crianças como atores e autores sociais e, desse modo, capazes de atribuir sentidos ao trabalho, mesmo que não exerçam nenhuma atividade produtiva. Embora as crianças possuam conhecimentos e atribuam sentidos ao trabalho, esse assunto não é foco do seu diálogo cotidiano com os adultos.

Os sentidos do trabalho foram expressos de maneira peculiar nas falas de cada criança; entretanto observou-se grande proximidade em seus conteúdos. Conforme esclarecem Aguiar e Ozella (2006), a apreensão dos sentidos não acontece por meio de uma resposta única e fechada, mas por expressões muitas vezes parciais, contraditórias, complementares, pois o próprio sujeito nem sempre articula suas vivências e apropriações. Identificar que os sujeitos, já na infância, atribuem sentidos ao trabalho, reitera a compreensão da produção de sentidos como um processo sempre em constituição.

Para contemplar o objetivo central desta investigação, buscou-se relacionar os sentidos do trabalho com o contexto de vida cotidiano dos participantes. Na análise das informações ficou ressaltada a vinculação com as experiências cotidianas vivenciadas. As falas das crianças estavam fortemente relacionadas a acontecimentos e/ou conhecimentos de sua realidade; daí a importância de enriquecer essas experiências com oportunidades de ampliar a apropriação de conhecimentos relativos a esta temática. Entre os vários fatores que permeiam a constituição dos sentidos do trabalho

já na infância, é possível destacar o conhecimento das profissões; as falas dos pais sobre o desejo para o futuro profissional do seu filho; o brincar seja com foco ou não em uma atividade profissional; o estudar, como um processo de aprendizagem, uma preparação para a atuação profissional.

No que diz respeito ao contexto contemporâneo do mundo do trabalho, chamou a atenção o quanto este discurso capitalista, que prioriza a produtividade, o lucro, a importância da escolarização, apontando que por intermédio do trabalho o sujeito pode “vencer na vida”, já está presente nas falas das crianças. A importância dada à remuneração e o desejo pelo consumo foram evidenciados, estando o trabalho associado diretamente à noção de emprego. Isso sugere que as relações estabelecidas com as crianças estão favorecendo a formação de sujeitos consumidores, ao invés de favorecer a constituição de cidadãos críticos, capazes de vislumbrar, por meio do trabalho, as possibilidades de emancipação humana.

No Brasil, a educação legalmente⁷ deve ter como um de seus focos a formação do trabalhador, entretanto os processos educativos se desenvolvem sob a lógica do capital (Jorge, 1998; Soares, 2002; Santos, 2005). Mesmo defasada em relação às exigências impostas pelo mercado de trabalho (Frezza, Maraschin, & Santos, 2009), a educação ainda é compreendida como o meio de alcançar um “futuro profissional digno e satisfatório” (Raitz & Petters, 2008, p.414). Diante disso, considera-se importante o resgate dos aspectos humanitários e éticos pertinentes aos diferentes contextos educacionais (não se restringindo à escola).

Frente a esta realidade complexa, heterogênea, permeada com constantes transformações, é relevante essa aproximação com as crianças, com o intuito de não mantê-las em “quarentena” (Ariès, 1981), isolando-as das discussões sobre trabalho, mas admitir sua participação na construção social. Essa participação se dá na interação com os adultos, os quais exercem papel de mediadores. Contudo, também o adulto deve ressignificar o trabalho em seu cotidiano, de modo a abrir espaço para outros modos de significação, não apenas aqueles associados às concepções capitalistas de trabalho.

Se a atuação da criança como trabalhadora é compreendida como um aspecto negativo para o processo de constituição do sujeito, pode-se refletir quão positivo pode ser discutir sobre trabalho com uma criança. Vygotski, ao falar sobre a vinculação da imaginação e realidade, afirma:

Daqui a conclusão pedagógica sobre a necessidade de ampliar a experiência da criança se quisermos proporcionar-lhe base suficientemente sólida para sua atividade criadora. Quanto mais veja, escute e experimente, quanto mais aprenda e assimile, quantos mais

elementos reais disponham em sua experiência, tanto mais considerável e produtiva será, a igualdade das circunstâncias restantes, a atividade de sua imaginação. (1998, p. 18, tradução das autoras)

Dessa forma, a troca de informações, o diálogo com a criança sobre trabalho, ampliará a construção dos sentidos atribuídos e, possivelmente, auxiliará em um futuro processo de escolha profissional. Na concepção de Léon, “informar a criança consiste, de início, em modificar, enriquecer e tornar mais objetiva a representação que ela tem do mundo do trabalho” (1961, p. 159).

Propõe-se aqui uma orientação mais ampla para o trabalho, de modo a proporcionar às crianças ambientes favoráveis à reflexão e à análise crítica. Assim, possibilitar-se-ia também espaços para a emancipação e a cidadania, para permitir o resgate do papel do sujeito como cidadão, em contraponto ao papel de consumidor, orientando a formação de cidadãos críticos e não somente de trabalhadores/consumidores. Essa discussão busca a construção de valores que transcendam a ótica capitalista do trabalho, a qual considera apenas seu lado instrumental. E, assim, o trabalho possa ser significado como relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, como condição de humanização, pois, por meio dele, o sujeito se constitui.

Agradecimento

Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado da autora principal, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina com a orientação da segunda autora, para o qual contou com bolsa de estudos do CNPq.

Notas

- ¹ Para maior detalhamento sobre o uso do desenho como procedimento de coleta de informações na presente pesquisa, sugere-se a leitura de Natividade, Coutinho e Zanella (2008).
- ² Coube aos pais a definição de quem participaria da pesquisa, isto é, se seria somente um dos pais ou os dois.
- ³ No que concerne às questões éticas, esta pesquisa seguiu as recomendações do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Foi solicitado aos sujeitos de pesquisa e aos seus responsáveis o consentimento de sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o nome dos participantes foi mantido em sigilo, tal como seus dados de identificação. Todos os nomes expostos no artigo são fictícios.
- ⁴ Além das três categorias apresentadas neste artigo, a pesquisa também discutiu uma quarta categoria intitulada “projeto profissional”.
- ⁵ Ensino Fundamental (E.F.); Ensino Fundamental Incompleto (E.F.I.); Ensino Médio (E.M.); Ensino Médio Incompleto (E.M.I.).

- ⁶ É importante lembrar que o critério para selecionar os participantes desta pesquisa foi entrevistar crianças não trabalhadoras. Embora algumas delas admitam que trabalhem, esse critério foi relativizado por identificar, nas informações coletadas, que nenhuma criança realiza atividades produtivas sistematizadas para assim poder ser denominada de trabalhadora. Todavia, não se pode desconsiderar que algumas dessas crianças já realizaram ou realizam esporadicamente alguma atividade que possa ser considerada trabalho, como, por exemplo, a realização de uma atividade doméstica ou o auxílio na entrega de mercadorias.
- ⁷ “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1998).

Referências

- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(2), 222-245.
- Antunes, R. (1999a). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (6ª ed.). São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- Antunes, R. (1999b). O mundo precarizado do trabalho e seus significados. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2(1), 55-72.
- Aranha, M. L. A. (1997). Trabalhar pra quê? In M. Kupstas (Org.), *Trabalho em debate* (pp. 21-37). São Paulo: Moderna.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (18ª ed. rev. ampl.). (1998). São Paulo: Saraiva.
- Campos, H. R. & Alverga, A. R. (2001). Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, 6(2), 227-233.
- Ciampa, A. C. (1997). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp.58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Codo, W. (1998). Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In Á. Tamayo, J. E. Borges-Andrade & W. Codo (Orgs.), *Trabalho, organizações e cultura* (pp.21-40). São Paulo: Cooperativa de Autores Associados.
- Coutinho, M. C. (2005). A banalização do trabalho contemporâneo. In M. C. P. Lassance, A. C. Paradiso, M. P. Bardagi, M. Sparta, & S. L. Frischenbruder (Orgs.), *Intervenção e compromisso social: Orientação profissional: Teoria e técnica* (Vol. 2, pp. 65-78). São Paulo: Vetor.
- Cruz Neto, O. & Moreira, M. R. (1998). Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2), 437-441.
- Di Giulio, G. (2004). Mudanças geram impacto até nas relações pessoais. *Ciência e Cultura*, 56(3), 14-15.
- Elias, M. A. & Navarro, V. L. (2006). A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. *Revista Latino-am Enfermagem*, 14(4), 517-525.
- Frezza, M., Maraschin, C., & Santos, N. S. (2009). Juventude como problema de políticas públicas. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 313-323.
- Gomes, M. M. (2004). *A orientação Profissional no espaço escolar: a mediação da escolha numa abordagem sócio-interacionista*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro.
- González Rey, F. (2004). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, N. M. F., Oliveira, F. P., Giannechini, L. G., Comunello, L. N., Nardini, M., & Pacheco, M. L. (2003). Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 45-53.
- Jorge, M. T. S. (1998). Será o ensino escolar supérfluo no mundo das novas tecnologias? [Versão eletrônica]. *Educação e Sociedade*, 19(65), 163-178.
- Kramer, S. (2002). Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 116, 41-59.
- Léon, A. (1961). *A orientação profissional da criança* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Marx, K. (1983). Manuscritos econômicos e filosóficos. In E. Fromm, *Conceito marxista do homem* (8ª ed., pp.89-102). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Marx, K. (1985). Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In K. Marx, *O Capital: Crítica da economia política* (Vol.1, 10ª ed., pp.201-223). São Paulo: Difel.
- Natividade, M. R., Coutinho, M. C., & Zanella, A.V. (2008). Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. *Contextos Clínicos*, 1, 9-18.
- Pasqualini, J. C., Garbulho, N. F., & Schut, T. (2004). Orientação Profissional com crianças: Uma contribuição à educação infantil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5(1), 71-85.
- Raitz, T. R. & Petters, L. C. F. (2008). Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 408-416.
- Santos, A. V. (2005). *Os papéis da família e da escola na constituição dos sujeitos: implicações na formação dos trabalhadores*. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG. Acesso em 06 de maio, 2012, em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt09/gt09563int.doc>
- Sarmiento, M. J. & Pinto, M. (1997). As crianças e a infância: Definindo conceitos, delimitando o campo. In M. J. Sarmiento & M. Pinto, *As crianças: contextos e identidades* (pp. 7-30). Portugal: Editora Universidade do Minho.
- Soares, D. H. P. (2002). *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.
- Tumolo, P. S. (2001). Reestruturação produtiva no Brasil: Um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. *Educação e Sociedade*, 22(77), 71-99.
- Vygotski, L. S. (1996). O significado histórico da crise da Psicologia: uma investigação metodológica. In L. S. Vygotski, *Teoria e Método em Psicologia* (pp. 203-417). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotski, L. S. (1998). *La imaginación y el arte en la infancia* (4ª ed.). Madri: Akal.
- Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 127-135.
- Ziliotto, D. M. (2002). O sentido do trabalho na era virtual. *Revista de Ciências Humanas*, Especial Temática, 95-104.

Recebido em: 03/02/2011

Revisão em: 26/11/2011

Aceite em: 13/12/2011

Michelle Regina da Natividade é Psicóloga pela UNISUL e Mestre em Psicologia pela UFSC. Professora do Curso de Graduação em Psicologia da UNISUL. Endereço: Universidade do Sul de Santa Catarina, Curso de Psicologia. Av. Pedra Branca, 25, Cidade Universitária Pedra Branca, Palhoça/SC, Brasil. CEP 88132000. Email: michelleregina@gmail.com

Maria Chalfin Coutinho é Psicóloga, Mestre em Educação pela UFRGS e Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC e Bolsista Produtividade do CNPq. Email: maria.chalfin@ufsc.br

Como citar:

Natividade, M. R. & Coutinho, M. C. (2012). O trabalho na sociedade contemporânea: os sentidos atribuídos pelas crianças. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 430-439.